REVISTA
# RECONEXÃO PERIFERIAS
Nº 70 - SETEMBRO/OUTUBRO DE 2026



FOTO: BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

## Mulheres, pessoas negras e LGBTs ampliam bancadas no parlamento

**PT elegeu parlamentares que representam a diversidade brasileira**

**Quando a democracia enfraquece, quem perde?**

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CONFIRA A SEÇÃO **OPORTUNIDADES**

APRESENTAÇÃO

# Mulheres, pessoas negras e LGBTs ampliam bancadas no parlamento




FOTO: DIVULGAÇÃO/APIB

A edição 70 da revista **Reconexão Periferias traz** uma entrevista com Maria de Jesus dos Santos Lima, conhecida como Claudinha Lima, secretária Nacional de Nucleação do PT, na qual analisa o crescimento do partido nas últimas eleições para o parlamento, o que considera um avanço importante para toda a esquerda brasileira. "O PT elegeu deputados e deputadas, tanto federais quanto estaduais, que representam a diversidade da sociedade brasileira e do partido, que é o maior do Brasil. Existe uma diversidade, temos deputados e deputadas que são líderes do movimento sindical rural, mas também líderes do movimento urbano, da periferia. O partido renovou muito a sua bancada, não apenas do ponto de vista de ampliação. A renovação geracional foi muito forte, aumentou a nossa bancada de juventude. E é ela que discute a periferia, que faz a disputa nas redes sociais e na vida real das pessoas".

**PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS** ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** DANILO MORAIS, DARLENE TESTA, MARIA RIBEIRO, RUAN BERNARDO E SILVANA REIS ■ **EDIÇÃO E REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** BRENNO ALMEIDA (PRESIDENTE INTERINO), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** RUA FRANCISCO CRUZ, 234 VILA MARIANA 04117-091 SÃO PAULO/SP WWW.FPABRAMO.ORG.BR

No artigo *Mulheres, periferias e o 8 de janeiro: quando a democracia enfraquece, quem perde?*, Laura Moyano Malara afirma que a democracia de verdade não vive apenas nos livros de direito ou nas salas dos tribunais: ela acontece nas coisas simples do dia a dia. Defender a democracia é, no fundo, cuidar dos caminhos que garantem que esses direitos saiam do papel e façam sentido na vida real.

O artigo *Participação social e conservadorismo: o caso do Conselho Municipal de Educação de Vitória*, de Juliana Santo Rosa, pontua que a "maré conservadora" que vem tomando conta do território brasileiro nas últimas décadas está travando uma guerra silenciosa contra as instituições participativas. E analisa o caso do Conselho Municipal de Educação de Vitória (Comev), que integra uma série de mudanças promovidas pela gestão municipal que visam aproximar a gestão escolar de uma lógica empresarial.

*Cultura, política e associativismo periférico: articulações possíveis* é o tema do artigo de Danilo de Souza Moraes, no qual argumenta que um projeto político que pretenda de fato a transformação social pela via da construção democrática, com a efetivação de direitos, precisa se reencontrar com a estratégia da participação e que esta deve ser mais amplamente combinada às políticas culturais.

No *Perfil*, o agrônomo Lucas Ribeiro Guari, integrante do Núcleo de Estudos Negros (NEN) desde 2022, lembra como sua trajetória foi determinada pelas ações do NEN. "Eu comecei a me entender na perspectiva étnico racial já na faculdade, e passei a fazer terapia para entender o que a universidade estava me trazendo de tensionamento para isso acontecer. E um dos grandes pontos foi um movimento de greve, onde houve uma força muito grande do movimento negro estudantil".

"Fui criando essa relação que me permitiu entender a minha própria graduação e obviamente também me entender enquanto pessoa. Dentro da agronomia, ficava pensando na Lei 10.639 (que determina o ensino de história africana e indígena) e questionava: ninguém vai falar de agricultura indígena e quilombola? E também não tinha outros pares do meu lado para entender o meu desconforto. Foi no movimento estudantil negro que, em parte, era o NEN, naquela época, que eu entendi seu surgimento, muito antes disso."

A seção de arte apresenta Isabella Gotardi Leite, que nasceu na capital paulista e vive no Jaraguá. O bairro é base para muito do que cria, como a natureza e tudo o que a rodeia. A artista é estudante de Artes Visuais pela Faculdade Santa Marcelina (FASM) desde 2024. Suas referências são as obras de Cezanne e Sergiu Ciochina, onde observa de forma detalhada pinceladas, texturas e a relação da arte e natureza como principal fonte de criação e obsessão. ■

ENTREVISTA

# ‘PT elegeu parlamentares que representam a diversidade da sociedade brasileira’, afirma Claudinha

ROSE SILVA



FOTO: DIVULGAÇÃO

**Maria de Jesus dos Santos Lima, conhecida como Claudinha Lima, assumiu a Secretaria Nacional de Nucleação do PT com o propósito de fortalecer a militância nos territórios e expandir as raízes do partido nas periferias.**

Claudinha falou sobre o crescimento do partido nas últimas eleições para o parlamento, o que avalia como um avanço importante para toda a esquerda brasileira. “O PT elegeu deputados e deputadas, tanto federais quanto estaduais, que representam a diversidade da sociedade brasileira e do partido, que é o maior do Brasil. Existe uma diversidade, temos deputados e deputadas que são líderes do movimento sindical rural, mas também líderes do movimento urbano, da periferia. O partido renovou muito a sua bancada, não apenas do ponto de vista de ampliação. A renovação geracional foi muito forte, aumentou a nossa bancada de juventude. E é ela que discute a periferia, que faz a disputa nas redes sociais e na vida real das pessoas”.

Qual é o saldo do Partido

dos Trabalhadores depois dessa eleição para a Câmara dos Deputados e o Senado do ponto de vista das periferias, mulheres, de negros e negras e da comunidade LGBT?

Do ponto de vista geral, na Câmara Federal, o PT cresceu uma vaga. Tínhamos 69 deputados e deputadas federais e elegemos 70. Mas tivemos um crescimento da Federação Brasil da Esperança, tanto no PCdoB quanto no PV, que fez com que a nossa bancada da federação chegasse a oitenta e oito deputados e deputados federais. Então, é importante nós termos isso, porque o crescimento do PT ajudou com que os demais partidos da federação também crescessem e a gente pudesse ter uma bancada maior do que nós temos. Outro ponto foi o crescimento da participação das mulheres. O PT elegeu 25 candidatas e ampliou o número de mulheres no parlamento, também ampliamos as bancadas de mulheres negras LGBT. É um avanço muito importante para a esquerda brasileira. Infelizmente, não conseguimos eleger deputados e deputadas federais em todos os estados da federação, como era planejado. No Senado, elegemos um número significativo de parlamentares, mas não podemos negar que houve uma derrota da esquerda e do povo brasileiro, com o crescimento do PL. Pois é uma bancada que coloca em risco a democracia do país. Então, nós não podemos minimizar esse resultado.

E nas assembleias legislativas, como você avalia o desempenho eleitoral do partido?

Em todas as bancadas, ou nos mantivemos ou crescemos nas assembleias legislativas de todo o Brasil. E tivemos crescimento em estados onde não tínhamos deputados ou tínhamos apenas um, que é especificamente o caso da região Norte. Ampliamos a nossa bancada em Rondônia, de uma  para duas mulheres eleitas. Crescemos no Amazonas e em estados onde nos últimos anos a gente tinha perdido bancadas, e, agora, de certa forma, recuperamos espaço.

Você acredita que esse crescimento do PT, de modo geral, e manutenção em em outros locais, é resultado da nucleação e fortalecimento da relação com a base nas periferias?

O PT elegeu deputados e deputadas, tanto federais quanto estaduais, que representam a diversidade da  sociedade brasileira e do partido, que é o maior do Brasil. Existe uma diversidade, temos deputados e deputadas que são líderes do movimento sindical rural, mas também líderes do movimento urbano, da periferia. O partido renovou muito a sua bancada, não apenas do ponto de vista de ampliação. A renovação geracional foi muito forte, aumentou a nossa bancada de juventude. E é a juventude que discute a periferia, que faz a disputa nas redes sociais e na vida real das pessoas. Vou pegar aqui o exemplo da Luna Zarantini, que foi a deputada mais votada de São Paulo. É uma verea-

dora que discute muito essa questão das periferias, organiza as comunidades, os bairros, as pessoas. São Paulo é o exemplo de que a partir da organização dos núcleos podemos eleger deputados e deputadas e fortalecer o parlamento brasileiro, seja nas câmaras municipais ou federal e nas assembleias legislativas. Outro exemplo é da nossa mais jovem deputada federal, Ana Elisa, que teve mais de meio milhão de votos em Minas Gerais e é uma menina periférica que faz a disputa nas redes sociais. Ela está dialogando no dia a dia da periferia e na vida real do povo. Esses são dois exemplos de uma renovação que reforçam esse debate de que precisamos fortalecer os núcleos, o diálogo com as pessoas nas periferias. Também elegemos líderes do MST. Em Pernambuco, Rosa Amorim, mulher negra, recebeu mais de 110 mil votos. Isso é um reflexo de que as periferias estão ocupando também o parlamento. Assim como reelegemos lideranças muito importantes da agricultura familiar, como, por exemplo, no Pará, a mulher mais votada do PT foi a deputada Gilvanda, que teve quase duzentos mil votos. E e o deputado Ayrton Faleiro, líder histórico do movimento sindical. O PT continua na periferia e continua ocupando e se fortalecendo no parlamento. Penso que nós temos muito o que fortalecer no PT no que diz respeito à nucleação, ao fortalecimento das periferias e à organização dos núcleos.

A importância crucial das redes sociais na disputa ideológica e na construção das narrativas está muito visível no processo eleitoral. Você acredita que elas podem também fortalecer a nucleação e organização do partido?

Penso que precisamos integrar todos os nossos mecanismos de articulação e comunicação. Eu costumo dizer que o PT nasceu



CRÉDITO: FLÁVIA QUIRINO/BRASIL DE FATO DF

para questionar o sistema. Nasceu no chão da fábrica, em um momento muito complicado e difícil da nossa história, que foi o processo de redemocratização do Brasil, quando a gente estava saindo da ditadura. Por isso nós precisamos continuar afirmando que nós somos o partido antissistema, porque nós, por natureza, nascemos para questionar o sistema.

Nessa perspectiva, a disputa nas redes sociais fortalece muito o debate da nucleação. Não creio que as redes substituam as ruas, mas também não acho que as ruas sozinhas darão conta do debate e da organização do povo nos próximos períodos. Os núcleos de base, o fortalecimento das periferias, vão se dar no território, mas esse lugar  também pode ser nas redes sociais. E esse é o nosso grande desafio. Como é que a gente dialoga no território, com a vida real das pessoas, tanto nas redes quanto nas ruas?  Há pesquisas que mostram que as pessoas passam em média 9 horas por dia no whatsapp.  Esse é um território que precisamos ocupar se a gente quiser fortalecer o o debate do das periferias. A campanha no segundo turno está trazendo esse alinhamento. O PT sempre foi muito bom de rua, e a esquerda também. Mas nós precisamos agora também ocupar o campo das redes sociais.  A campanha do segundo turno acertou ao trazer o protagonismo da juventude que fez a disputa nas redes, que ganhou as eleições. Eu acredito que nós vamos ganhar as eleições, porque nós vamos continuar nas ruas, onde nós somos muito bons, mas nós também vamos disputar as redes sociais a partir de agora. ■

ARTIGO

# Participação social e conservadorismo: o caso do Conselho Municipal de Educação de Vitória

JULIANA SANTOS ROSA

**JULIANA SANTOS ROSA** É GRADUADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) E MEMBRO DO INCT PARTICIPA. ESTA PESQUISA É FRUTO DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA .



FOTO: SUMAIA VILELA/AGÊNCIA BRASIL

**Quando o espaço que deveria dar voz à comunidade escolar é esvaziado por dentro, quem primeiro perde a força para cobrar, reivindicar e propor mudanças é justamente quem mais depende dos serviços públicos funcionando bem — e são as periferias, historicamente as mais desassistidas, que sentem esse efeito com mais intensidade.**

A "maré conservadora" que vem tomando conta do território brasileiro nas últimas décadas está travando uma guerra silenciosa contra as instituições participativas. A tentativa mais explícita dessa ofensiva foi o Decreto Federal nº 9.759/2019, que tinha como objetivo extinguir os colegiados. O obstáculo? A Constituição Federal de 1988. Percebendo que o plano A não poderia ser executado, partiram então para o plano B: o esvaziamento por dentro, constitucional e com efeitos semelhantes. Os conselhos de educação são exemplos emblemáticos desse processo, mas não os únicos — o mesmo decreto atingiu também conselhos de saúde e de assistência social em todo o país, silenciando

organizações da sociedade civil (OSC) por meio de mudanças regimentais parecidas.

O Conselho Municipal de Educação de Vitória (Comev) é um exemplo concreto disso e, ao que tudo indica, integra uma série de mudanças promovidas pela gestão municipal que visam aproximar a gestão escolar de uma lógica empresarial. Em 2024, o regimento interno do Conselho foi atualizado por meio da Lei nº 10.048, sancionada pelo então prefeito Lorenzo Pazolini (Republicanos), em um contexto nacional marcado por iniciativas de restrição a espaços participativos. A principal alteração decorrente da mudança regimental foi a composição do Conselho, aspecto este que diz sobre a representatividade, pluralidade e legitimidade, um tipo de desinstitucionalização que não aparece nos papéis, só na prática.

O número de conselheiros com assento no colegiado caiu de 19 para 12, reduzindo significativamente sua representatividade. A maior parte das instituições excluídas era justamente formada por representantes da sociedade civil, o que afeta a pluralidade. Na contramão desse movimento, o número de instituições indicadas pelo Poder Executivo — por meio da Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME) — aumentou de quatro para seis. No fundo, o que está em jogo é quem fala em nome de quem dentro do Conselho: quanto menos cadeiras para a sociedade civil, mais a política educacional do município passa a ser decidida por quem já está no poder, diminuindo assim a legitimidade.

Uma outra mudança curiosa trazida pelo novo regimento foi a criação de uma gratificação para os conselheiros, o chamado jeton — termo de origem francesa que designa uma espécie de pagamento por participação em reuniões. Antes, a atuação no Conselho era voluntária; agora, quem comparece integralmente às sessões recebe uma remuneração. Em tese, o benefício poderia viabilizar a participação de quem tem menos recursos para se dedicar à política. Mas, em um conselho que perdeu justamente as vozes mais plurais e mais vulneráveis, o jeton deixa de ser um fomento à participação popular.

Um dos principais objetivos de um conselho gestor é promover o controle social sobre as políticas educacionais, e são as organizações da sociedade civil que trazem para dentro do Conselho as demandas mais urgentes e concretas do cotidiano escolar. Sem elas, o órgão vira apenas mais um braço da Secretaria, repetindo decisões já tomadas em vez de disputá-las.

A questão da lógica empresarial mencionada anteriormente aparece de forma ainda mais explícita no setor educacional da cidade de Vitória, quando falamos do benefício por desempenho instituído pela Lei nº 9.777/2021, que passou a remunerar trabalhadores das escolas conforme

o desempenho de suas unidades de ensino, incentivando a competitividade entre elas. Em Vitória, as escolas com melhores índices ficam em bairros nobres, e as com piores índices, nas periferias. Como resultado, professores passaram a deixar em massa as escolas de áreas periféricas (VILA REAL, 2023), e as desigualdades entre essas regiões e os bairros mais ricos só aumentaram. É nesse ponto que a mudança regimental deixa de ser uma questão interna do Comev e passa a ter consequência direta sobre quem mais precisa dele.

Isso afeta a população, especialmente quem vive, estuda ou atua em periferias — de Vitória ou de qualquer outra cidade brasileira. Quando o espaço que deveria dar voz à comunidade escolar é esvaziado por dentro, quem primeiro perde a força para cobrar, reivindicar e propor mudanças é justamente quem mais depende dos serviços públicos funcionando bem — e são as periferias, historicamente as mais desassistidas, que sentem esse efeito com mais intensidade. Organizações, coletivos e movimentos de periferia têm aqui um espaço concreto de disputa: ocupar cadeiras nesses conselhos, hoje ameaçados em todo o país, é disputar por dentro das instituições o rumo das políticas que mais afetam seus territórios. ■

# Mulheres, periferias e o 8 de janeiro: quando a democracia enfraquece, quem perde?

LAURA MOYANO MALARA




FOTO: WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL

**LAURA MOYANO MALARA** É GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP) E PESQUISADORA DO INCT PARTICIPA. DESENVOLVE PESQUISAS SOBRE DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES.

**A democracia de verdade não vive apenas nos livros de direito ou nas salas dos tribunais; ela acontece nas coisas simples do dia a dia. Defender a democracia é, no fundo, cuidar dos caminhos que garantem que esses direitos saiam do papel e façam sentido na vida real.**

A democracia de verdade não vive apenas nos livros de direito ou nas salas dos tribunais; ela acontece nas coisas simples do dia a dia. É quando a gente consegue ser atendida com respeito em um posto de saúde, encontra uma vaga na creche perto de casa, caminha na rua sem medo e sente que tem voz nas decisões que mudam o nosso bairro. Defender a democracia é, no fundo, cuidar dos caminhos que garantem que esses direitos saiam do papel e façam sentido na vida real.

Nas periferias, essa realidade fica ainda mais evidente. Afinal, uma lei bonita pouco adianta se não chega onde a vida acontece. A rotina pesada de cuidar da família, as horas perdidas no transporte público e a falta de serviços básicos marcam o cotidiano de milhares de mulheres periféricas,

tornando o caminho até os seus direitos ainda mais árduo. Para manter a democracia viva, precisamos construir pontes reais para que todas possam viver, na prática, a dignidade que a lei promete.

Por isso, qualquer ataque à democracia atinge diretamente o nosso dia a dia, mesmo que não pareça de primeira. Os atos de 8 de janeiro de 2023 não foram apenas invasões a prédios públicos em Brasília; foram agressões à própria ideia de que o povo pode cobrar melhorias e lutar por respeito. Proteger as instituições democráticas significa proteger os canais que nos permitem exigir um posto de saúde funcionando, uma escola de qualidade e transporte digno. Quando a democracia enfraquece, são os espaços de luta e garantia de direitos da população que ficam ameaçados.

As políticas de cuidado mostram com clareza essa conexão. Para que existam creches e redes de apoio estruturadas, é preciso investimento público e vontade política. Quando esses serviços faltam, o trabalho invisível e exaustivo de cuidar dos filhos, dos idosos e da casa recai quase totalmente sobre as mulheres, tirando delas o tempo para trabalhar, estudar e participar da comunidade. Fortalecer essas redes é garantir liberdade e autonomia — o que passa também pelo acesso pleno à saúde sexual e reprodutiva, para que desinformação ou barreiras de transporte não impeçam o acesso a direitos fundamentais já assegurados por lei.

Essa distância entre o direito garantido e a vida real é visível também no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 3/2025, que tenta sustar a Resolução nº 258/2024 do Conanda. Essa resolução orienta a acolhida e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A discussão em torno desse projeto reforça uma lição urgente: aprovar uma lei não basta. O modo como o atendimento é feito e a acolhida chegam até a ponta fazem toda a diferença na vida de quem precisa de proteção humana e imediata.

Se por um lado vemos os impactos de decisões institucionais no cotidiano, por outro conhecemos a força da organização popular. Canais como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e as articulações comunitárias nas periferias mostram a potência de levar os anseios das ruas até as instâncias de decisão. São essas mulheres que, no seu dia a dia, sustentam a cobrança por saúde, creches e segurança para os seus territórios.

Essa participação ganha vida bem perto da gente: nos conselhos locais de saúde, nas reuniões escolares e nos bairros. Porém, os obstáculos diários ainda barram muitas vozes. A falta de tempo, o custo da passagem, a sobrecarga de tarefas e a ausência de apoio impedem que muitas mulheres ocupem esses lugares. Não basta abrir a porta e convidar

para participar; é preciso criar condições reais para que as mulheres periféricas estejam presentes, sejam ouvidas com respeito e decidam o futuro de suas comunidades.

Para que a democracia funcione de fato, precisamos de dois caminhos que se encontram: fazer com que as políticas públicas cheguem com força às periferias e garantir que as vozes dessas comunidades alcancem os centros de decisão. Quando as mulheres se mobilizam por creches, saúde, segurança e espaço de fala, elas estão construindo a democracia com as próprias mãos. É no encontro entre direitos, presença popular e dignidade cotidiana que a democracia deixa de ser um ideal distante e se torna uma conquista real. ■



FOTO: FOTO CAROLINA ROSA

ARTIGO

# Cultura, política e associativismo periférico: articulações possíveis

DANILO DE SOUZA MORAIS

**DANILO DE SOUZA MORAIS** É PESQUISADOR DO PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS, DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, SOCIÓLOGO (DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UFSCAR) E PROFESSOR.



FOTO: MUSEU AFRO DIGITAL DO MARANHÃO

**Um projeto político que pretenda de fato a transformação social pela via da construção democrática, com a efetivação de direitos, precisa se reencontrar com a estratégia da participação e que esta deve ser mais amplamente combinada às políticas culturais.**

O Brasil de 2026 enfrenta um paradoxo: enquanto, nas urnas, cidadãs e cidadãos definirão os rumos da institucionalidade, em uma disputa de fato antagônica entre visões de mundo e concepções sobre o rumo de políticas públicas que impactam a vida (e a morte) de milhões de pessoas, a disputa pelo sentido e relevância mesmo da democracia (sem a qual não haveria eleições, inclusive) pouco é compreendida.

A política, entendida não apenas como funcionamento estrito de instituições do Estado e/ou como disputa por esta institucionalidade, mas como a construção cotidiana do consentimento e da disputa por concepções de mundo, mantém uma relação constitutiva com a cultura. Em termos conceituais, a cultura política diz respeito à construção particular em cada configuração social sobre o que conta como "político". No Brasil contemporâneo, mesmo no momento em que viven-

ciamos o cenário eleitoral de 2026 (e na projeção do pós-eleições), a disputa pelo sentido (e até a viabilidade) da democracia exige compreender que a cultura não é mero reflexo de condições materiais de existência (economia), mas ambiente privilegiado em que se disputam e constroem sentidos para a vida, para o que importa, para o que é tido como válido.

O argumento aqui defendido é de que um projeto político que pretenda de fato a transformação social pela via da construção democrática, com a efetivação de direitos, precisa se reencontrar com a estratégia da participação e que esta deve ser mais amplamente combinada às políticas culturais. Trata-se de ultrapassar a noção reduzida da participação enquanto "escuta" – sentido minimalista com o qual mesmo o campo democrático-popular tem por vezes se conformado -, construindo, alternativamente, uma práxis do presente e que projete o futuro para parcelas majoritárias de nossa população. Nesta direção, para o encontro das políticas culturais e de participação, uma via privilegiada está no diálogo e aprendizado efetivo com as experiências associativas e estéticas de sujeitos e territórios periféricos, combinada à promoção de processos formativos que contribuam para uma cultura política popular e democrática.

**Trajetória e "deslizamento semântico"**

Para apreender as tarefas do presente, faz-se necessário, mesmo brevemente, resgatar a trajetória do ideário participativo no país. Com o fim da Ditadura Militar e a promulgação da Constituição de 1988, instituiu-se o compromisso com uma soberania popular ampliada, que conectou a inovação societal à inovação institucional. Essa agenda ganhou impulso inédito durante as duas primeiras gestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), período marcado pela multiplicação de Conselhos Gestores e Conferências Nacionais de políticas públicas, os quais pluralizaram, nestas Instituições Participativas, a representação de sujeitos historicamente marginalizados. Contudo, como analisa a pesquisadora Ana Claudia Teixeira (2020), o imaginário da participação passou por um deslizamento semântico, que redunda em mudanças práticas: das apostas na "emancipação popular" (anos 1970/1980) e na "deliberação"/"partilha de poder entre estado e sociedade civil" (anos 1990 e 1a metade dos anos 2000), migrou-se progressivamente para a participação como "escuta". Essa inflexão, paradoxalmente no momento de maior ampliação do reconhecimento da participação pelo executivo federal, diminuiu o potencial transformador das instituições participativas, ao ponto de muitos atores da sociedade civil gradativamente investirem menos energia e expectativas nesta institucionalidade.

**Distanciamento da participação institucional**

Como revela a pesquisa sobre participação institucional e periferias, realizada

pelo Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo (2025), metade das organizações periféricas participantes do levantamento nunca participou de conselhos setoriais ou gestores de políticas públicas e 46,4% jamais participaram de editais ou da formulação de políticas públicas. Esse distanciamento atinge patamares ainda mais alarmantes entre os coletivos artísticos e os grupos fundados a partir de 2010 (em que a não participação em conselhos chega a 69%).

Mesmo que a expansão das Instituições Participativas tenha ocorrido sob esse deslizamento de sentido (da "partilha efetiva do poder", para a "escuta" ou consulta), a própria institucionalização desta participação sofreu oposição direta no interior do aparato estatal, conforme também lembra a análise de Ana Teixeira (2020). Um momento dramático dessa tensão ocorreu no governo Dilma Rousseff, quando o Decreto nº 8.243/2014 (Política Nacional de Participação Social) foi ferozmente atacado no Congresso e contestado no âmbito do Supremo Tribunal Federal por ministros que o classificaram pejorativamente como uma medida "populista" de "inspiração bolivariana", reduzindo a soberania popular ao ato do voto.

**Desafios atuais**

No atual governo liderado pelo presidente Lula, a partir de 2023, assistimos à reestruturação e ao fortalecimento das políticas públicas de participação e de cultura, esforço muito significativo, considerando a desconstrução destas políticas nos governos Temer e Bolsonaro. No âmbito da participação, foram editados os Decretos nº 11.406/2023 (Conselho de Participação Social da Presidência da República) e nº 11.407/2023 (Sistema de Participação Social no âmbito da administração pública federal direta), além do PPA Participativo, via Plataforma Brasil Participativo. Mesmo assim, tais iniciativas operam preponderantemente sob o sentido da "escuta" e do diálogo consultivo. Na área cultural, o Ministério da Cultura promoveu avanços significativos com a destinação obrigatória de 20% da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) para as periferias e cotas para pessoas negras e indígenas, ao lado da criação do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC) e do financiamento de mais de 600 Agentes Territoriais de Cultura. Contudo, carece ainda analisar se os dados que encontramos em pesquisa do Reconexão Periferias foram modificados neste último ano, pois como já se destacou acima, os coletivos artísticos periféricos – os quais frequentemente não possuem CNPJ e utilizam o autofinanciamento – registram baixo engajamento em conselhos e conferências, bem como tem significativa dificuldade de disputar recursos por editais.

**Horizontes pós-2026**

Diante do horizonte pós-eleições de 2026 – num cenário positivo com a reeleição de Lula – é fundamental construir um novo sentido transformador para a participação, que proje-

te o futuro. Por meio do Executivo federal se pode, por exemplo, conectar com maior intensidade as políticas públicas de cultura e de participação social. Trata-se de estabelecer – em relação principalmente aos segmentos majoritários da sociedade brasileira, mas marginalizados no acesso aos espaços de poder material e simbólico -, um diálogo de mão dupla: de um lado, reconhecer a vivência, a linguagem e a plasticidade da cultura e política tidas como periféricas; de outro, investir na formação política cidadã, não abstraindo o dado de que contextos periféricos, em suas contradições, também reproduzem intolerância religiosa, misoginia, racismo e formas atomizadas, hierárquicas e autoritárias da cultura política cotidiana. Isso fortaleceria uma cidadania ativa, projetos e práticas de vida mais pautados em direitos humanos, equidade e sustentabilidade, minimizando as ilusões trazidas, por exemplo, pelo "coachismo" messiânico.

No âmbito do Poder Legislativo, a alteração da correlação de forças exige disputa consciente por hegemonia. Deputados e senadore do campo democrático-popular poderiam, por exemplo, ter um papel ativo ao converter coletivamente a decisão sobre a destinação de suas emendas parlamentares em processos participativos de tipo deliberativo, com etapas de participação popular desde os bairros ou comunidades locais, até chegar à escala dos estados que representam. Essa prática tensionaria a crescente captura do orçamento público, feita sem critérios efetivamente públicos (do ponto de vista político e técnico), que ocorre em benefício da maioria conservadora e reacionária do Congresso Nacional. Embrionariamente, tal proposta de decisão popular sobre as emendas do Legislativo no orçamento, exemplificaria a viabilidade de um Orçamento Participativo nacional, para o qual o executivo pode também caminhar.

É evidente, de todo o modo, que uma agenda participativa renovada só será viável com a reeleição à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito de 2026, combinada à eleição de uma bancada expressiva de parlamentares comprometidos com o projeto democrático-popular. Destaque-se, porém, que o referido resultado eleitoral é condição necessária, mas não suficiente, para que saiamos de um quadro de resistência à onda neofascista, que dura ao menos 10 anos e que foi aberta a partir da deposição arbitrária da presidenta Dilma Rousseff. Assim, apostar na articulação entre a inovação sociocultural dos sujeitos e territórios periféricos e a revalorização de instituições participativas (como conferências e conselhos), além da imaginação de novas formas de participação que emerjam e renovem a institucionalidade democrática, parece-nos um dos caminhos não apenas de enfrentamento do neofascismo, mas sim para o reencontro com a construção democrática. ■

PERFIL

# Núcleo de Estudos Negros articula políticas de inclusão racial em Santa Catarina

ROSE SILVA



FOTO: REDES SOCIAIS

## Núcleos foram criados por militantes e intelectuais negros que exigiam das instituições de ensino superior a incorporação da pauta racial e superação da perspectiva eurocêntrica

Nascido em Indaiatuba (SP) e residente em Florianópolis (SC), Lucas Ribeiro Guari é integrante do Núcleo de Estudos Negros (NEN) desde 2022. Os Núcleos de Estudos Negros São espaços de articulação acadêmica, política e social dedicados à pesquisa, ao ensino e à extensão sobre a história, a cultura e a realidade da população negra no Brasil. Surgiram a partir das décadas de 1980 e 1990, impulsionados pela articulação de militantes do Movimento Negro e de intelectuais negros que exigiam das instituições de ensino superior a incor-

pporação da pauta racial e superação da perspectiva eurocêntrica nos currículos acadêmicos.

Lucas é agrônomo pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisou a abordagem étnico-racial na formação em Agronomia e atua como educador socioambiental, articulando questões ambientais, sociais e a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Ele acredita que sua trajetória tenha sido determinada pelas ações do NEN.

"Eu comecei a me entender na perspectiva étnico racial já na faculdade, e passei a fazer terapia para entender o que a universidade estava me trazendo de tensionamento para isso acontecer. E um dos grandes pontos foi um movimento de greve na universidade, onde houve uma força muito grande do movimento negro estudantil. E a gente estava em assembleias lotadas na frente da reitoria da universidade, e eu via um bolinho ali no canto, que era toda uma galera negra que toda hora levantava a mão. Queria intervir. Tinha gente que nem estudava, mas já morava na cidade, queria estudar e estava ali discutindo", lembra.

"Fui criando essa relação que me permitiu entender a minha própria graduação e obviamente também me entender enquanto pessoa. Dentro da agronomia, ficava pensando na Lei 10.639 (que determina o ensino de história africana e indígena) e questionava: ninguém vai falar de agricultura indígena e quilombola? E também não tinha outros pares do meu lado para entender o meu desconforto. Foi no movimento estudantil negro que, em parte, era o NEN, naquela época, que eu entendi seu surgimento, muito antes disso."

Na Universidade Federal de Santa Catarina, o NEN atua com os pilares educação, justiça e direito ao trabalho, devido a demandas emergentes na época em que foi criado. Por volta de 1985, era crucial pensar as questões das cotas raciais nas universidades e a inclusão da cultura africana e afro-brasileira na LDB. Mas o que também construiu essa base foi o perfil profissional e a vocação de cada integrante. "Mais recentemente, a gente vê um direcionamento para o campo da saúde mental e da potencialidade cultural que o negro e o movimento negro em si podem proporcionar. E, ao mesmo tempo, uma demanda mais do coletivo, que é de memória, porque, como eu disse, a gente tem esse passado. Então tomamos também como um pilar inicial a busca dos mais velhos para conversar com eles e entender histórias", diz. ■

# ISABELLA GOTARDI LEITE

Isabella Gotardi Leite  nasceu na capital paulista e vive no Jaraguá. O bairro onde vive é base para muito do que cria, como a natureza e tudo o que a rodeia. A artista é estudante de Artes Visuais pela Faculdade Santa Marcelina (FASM desde 2024. Suas referências são as obras de Cezanne e Sergiu Ciochina, onde observa de forma detalhada pinceladas, texturas e a relação da arte e natureza como principal fonte de criação e obsessão.

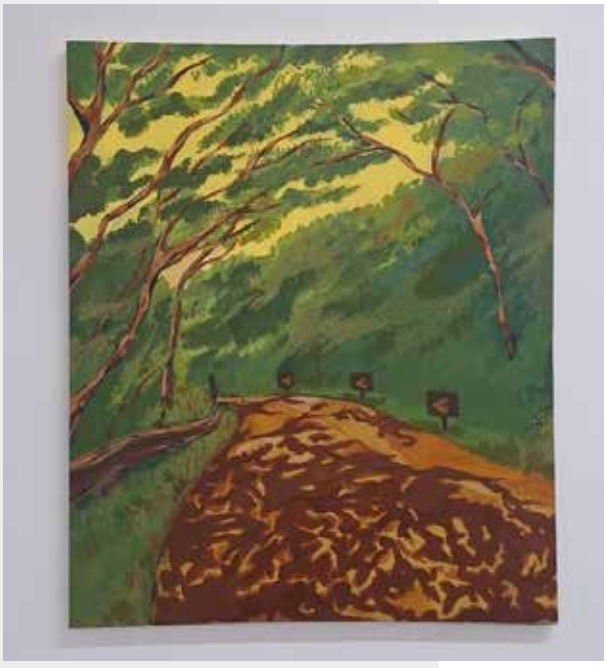


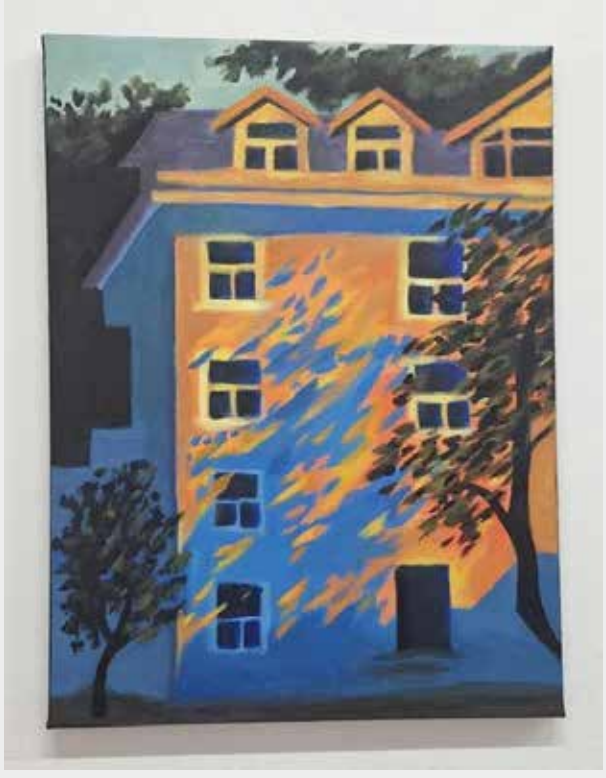
**CONTATO DA ARTISTA**

Instagram: @indigotardi e @b.archivesz









## OPORTUNIDADES OUTUBRO / NOVEMBRO 26

| Edital | Foco | Prazo | Link |
|---|---|---|---|
| Patrocínio Shell, lei Rouanet | projetos já aprovados na Rouanet: equipamentos culturais, festivais e ações formativas; prioridade para DF, ES, RJ E SP; PJ | Até 31/10/2026 | https://maisbaluarte.softr.app/formulario-shell |
| Chamada instituto Cultural Vale 2026 | patrocínio via incentivo fiscal (até R$ 30 mi no total, R$ 1,5 mi por projeto); artes cênicas, humanidades, artes visuais, música, patrimônio, museu e memória, audiovisual; pj com cnae cultural | Até 31/10/2026 | http://patrocinio.valeglobalcomm.com/admin |
| Clipe da quebrada 2026 (apaa) | seleção de até 30 produtoras para videoclipes de artistas independentes (R$ 5.250 cada); aceita quem ainda não tem cnpj, mas precisa abrir antes de assinar | Até 31/10/2026 | https://www.editaisapaa.org.br/ |
| Edital Sceic FSA nº 10/2026 | R$ 40 mi para longas e coproduções internacionais; produtoras independentes com sede em SP há 2+ anos; investimento retornável | Até 03/11/2026 | https://www.cultura.sp.gov.br/sec_cultura |
| Grande prêmio de roteiro (Sorocaba) | concurso de argumentos de longa, curta ou série, em português; aberto a roteiristas de qualquer lugar | Até 03/11/2026 | concurso |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Intercâmbio audiovisual no exterior (Minc) | auxílio de R$ 8 mil a R$ 21 mil conforme o destino, para ir a festivais e eventos do setor fora do país; pessoa física (estudantes ou profissionais); fluxo contínuo | Até 06/11/2026 | https://mapa.cultura.gov.br/ |
| Riofilme: cash rebate, riofilme invest e bolsas de mercados e festivais | fomento audiovisual carioca; empresas produtoras com sede no rj há 2+ anos e registro na Ancine | Até 15/11/2026 | http://www.riofilme.com.br/ |
| Banco de talentos orquestra Bachiana jovem Sesi-SP | músicos | Até 27/11/2026 | https://www.sesisp.org.br/cultura/editais |
| Mapfre, linha Pronas/pcd e Pronon | projetos de saúde com incentivo fiscal (a linha de cultura já fechou em 30/09) | Até 15/12/2026 | https://mapfre.hubdoincentivo.com.br/ |
| Funarte aberta 2026 | ocupação gratuita do complexo Funarte SP (pesquisa, ensaios, apresentações, oficinas); não paga cachê nem ajuda de custo | Até 30/04/2027 | https://www.muvucapopular.com.br/2026/10/06/edital-oferece-r-42-mil-por-projeto-e-destina-r-2-milhoes-a-cultura/ |



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores




WWW.FPABRAMO.ORG.BR